

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 4/2010

---- **PRESIDÊNCIA:** Doutora Leonor Cardoso -----

---- **1.ª SECRETÁRIA:** Dr.ª Palmira Frutuoso -----

---- **2.º SECRETÁRIO:** Sr. Vítor Tenreiro-----

---- Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro de dois mil e dez e no Auditório da Biblioteca Municipal de Mangualde, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mangualde, que havia sido convocada nos termos legais e regimentais no passado dia dezasseis de Setembro. -----

---- Sendo vinte e duas horas foi feita a chamada, verificando-se as ausências dos seguintes membros municipais: Carlos Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Chãs de Tavares, Cândido Faria Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta de Maceira Dão, José Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Espinho, Dr.ª Marta Pereira, Dr. Jaime Pinto, Dr. Mário Figueiredo, João Albuquerque, Dr. Aníbal Maltez e Filipe Ferraz.-----

---- De acordo com o artigo 46º-A, n.º 2, da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, foi justificada a falta dos senhores: Dr.ª Lucília Ferreira, à sessão desta Assembleia Municipal do dia 30 de Junho. -----

---- Nos termos do artigo 38º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcafache foi substituído pelo senhor Aníbal Loureiro Pais Mendes.-----

---- Estiveram presentes, o senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Azevedo, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Joaquim Patrício, os senhores Vereadores Dr.ª Maria José Coelho, senhor João Lopes, Dr.ª Isabel Ramos, Dr.ª Patrícia Fernandes e Dr. Sobral Abrantes.-----

---- Procedeu-se de seguida à votação da acta da sessão anterior, a qual foi aprovada por maioria, sendo as abstenções devidas à falta na sessão anterior. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----ANÁLISE DA CORRESPONDÊNCIA:-----

---- A senhora *Presidente da Assembleia Municipal* leu a correspondência recebida, ficando à disposição dos Membros da Assembleia.-----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

---- Tomou a palavra o senhor *Dr. Carlos Lopes* para congratular esta Assembleia Municipal pela iniciativa da sessão pública de esclarecimentos subordinada ao tema da "Igualdade na Diversidade, com vista a uma Sociedade Justa" no âmbito do Programa PROGRESS 2007-2013, com a presença da Secretária de Estado da Igualdade, *Dr.ª Elza Pais*, mas referiu que este tipo de iniciativas deveriam pautar-se pela pontualidade, o que não aconteceu.-----

---- Dirigindo-se ao senhor *Presidente da Câmara Municipal* questionou se a data do ofício do Gabinete do senhor *Primeiro-ministro*, recebido pela Assembleia Municipal, tinha a data anterior ou posterior à visita do mesmo a Mangualde, e embora o senhor *Eng.º Sócrates* não tivesse estado presente como *Primeiro-ministro*, mas sim como *Secretário Geral do PS*, questionava se havia alguma resposta quando ao troço do IC12, Canas de Senhorim/Mangualde.-----

---- Relativamente à rede de reordenamento escolar, expressou a necessidade de saber se a Escola de *Stº André*, que foi encerrada, e após alguns contratempos, foi cedida para o Rancho de *Stº André* e quais são os critérios de cedência.-----

---- O senhor *Eng.º Tiago Henriques* tomou a palavra para, no contexto da quase conclusão de um ano mandato do actual executivo, fazer uma breve resenha do que tem sido a actividade municipal, tendo, entre outras situações, destacado a criação da Unidade de Saúde Familiar, o início da construção do primeiro Centro Escolar, a construção do novo Quartel da GNR, a requalificação urbana e o apoio à actividade económica com a requalificação da Zona Industrial do Salgueiro. Considerou, ainda, que existem razões mais do que suficientes para parabenizar este executivo pelas inúmeras provas dadas de dedicação à causa pública. -----

---- Ao usar da palavra, o senhor *Presidente da Câmara Municipal*, *Dr. João Azevedo*, afirmou que existe o compromisso por parte do Governo de concluir o IC12 e que, por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isso, aguardava que fosse lançada a obra. Relativamente às Escolas, informou que, à semelhança de situações anteriores, foi discutido em reunião de Câmara Municipal que a escola de Stº André fosse cedida a uma determinada entidade. Passados uns dias percebeu-se que o Rancho Folclórico de Stº André estava interessado nas instalações da referida Escola. Assim, de uma forma cívica, foi a outra entidade informada deste assunto pelo que a Escola de Stº André foi cedida ao Rancho de Stº André.-----

---- *Ponto Primeiro da Ordem do Dia* **“Apreciação da Informação Escrita sobre a actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo”** -----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia. -----

---- *Ponto Segundo da Ordem do Dia* **“Proposta de Regulamento de Funcionamento do Espaço Internet de Mangualde – Apreciação e Votação da proposta adoptada pela Câmara Municipal** -----

---- Interveio o senhor *Bernardino Azevedo*, Presidente da Junta de Freguesia de Mangualde, para questionar acerca do acesso que os cidadãos portadores de deficiência tinham a estas instalações, uma vez que este Espaço se situa num primeiro andar. -----

---- Tomou a palavra o senhor *Vereador João Lopes* que respondeu que neste momento a Câmara Municipal está a equacionar a mudança do Espaço Internet para outro edifício até porque este Espaço se encontra subaproveitado. -----

---- Posto este ponto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

---- *Ponto Terceiro da Ordem do Dia* **“Proposta de Regulamento da Zona Industrial do Salgueiro”** - Apreciação e Votação da proposta adoptada pela Câmara Municipal.-----

---- Interveio o senhor *Eng.º João Tiago* para afirmar que as actividades económicas num mundo cada vez mais competitivo requerem infra-estruturação básica e regras claras e transparentes para que haja concorrência leal e igualdade de oportunidades ao acesso aos bens públicos. Tendo isto em consideração, saudou, em nome da bancada do PS, o executivo pela elaboração deste Regulamento.-----

---- O senhor *Dr. Carlos Lopes* disse que a criação deste Regulamento é salutar. Quanto às matérias que constam do Regulamento há que ter em conta os critérios para a atribuição dos terrenos, bem como o respectivo valor. Os senhores Vereadores do PSD fizeram uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

proposta/sugestão de alteração em reunião de Câmara Municipal na qual se pretendia indexar o valor do m² do terreno ao número de postos de trabalho a criar, o que não se vê plasmado neste Regulamento. Outra questão diz respeito a uma perversão que o senhor Dr. Sobral Abrantes apontou quanto ao “sinal” para a compra do terreno, no valor de 60%. Considerou este valor excessivo, e por isso é muito mais vantajoso para quem quiser investir, comprar um terreno e não lhe dar utilidade do que fazer um contrato de promessa de compra e venda. -----

---- Pelo exposto, o senhor Dr. Carlos Lopes solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal que tivesse em consideração esta proposta de alteração ao Regulamento.-----

---- Tomou a palavra o senhor *Dr. Luís Coimbra* para dizer que em poucos meses a Câmara Municipal está a criar um espaço com qualidade naquele que tem sido um espaço industrial descurado ao longo do tempo. -----

---- Solicitava ainda ao senhor Presidente da Câmara Municipal que explicasse como é que em tão poucos meses pode haver tanta movimentação na Zona Industrial do Salgueiro, uma vez que o executivo anterior apresentou tantos obstáculos para a requalificação daquela Zona.-----

---- O senhor Dr. Luís Coimbra disse ainda que gostaria que o senhor Dr. João Azevedo também explicasse como é que uma Autarquia que tem tantos problemas financeiros, que tem encargos económicos difíceis de suportar e que o PS, enquanto oposição, foi revelando, conseguiu fazer este investimento de uma forma clara e expedita. Solicitou também que fosse explicado à Assembleia Municipal se a Zona Industrial do Salgueiro é para expandir ou, apenas, para fechar um processo. -----

---- O senhor *Presidente da Câmara Municipal* retorquiu aos senhores Membros da Assembleia Municipal que era com agrado que constatava o crescimento daquela Zona, que tem 114000 m², mas destacou que são precisos 215000 m², tendo afirmado que este era um processo para fechar. Salientou o enorme esforço financeiro levado a efeito para que este processo seja concluído, mas deixou claro que têm sido definidas prioridades e que também vai ser concluída a obra da Ponte de Espinho. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Salientou, ainda, que o Regulamento em questão é justo e objectivo e representa o que as entidades privadas procuram, porque felizmente existe mais procura que oferta. Trata-se, portanto, de um Regulamento para manter e que está pronto para votação na presente Assembleia Municipal.-----

---- O senhor *Dr. Carlos Lopes* referiu que uma vez que na Assembleia Municipal não existe a possibilidade de se alterar o presente Regulamento, em nome da bancada do PSD, pelas razões expostas se iria abster e fez uma declaração de voto que ia no sentido de que o mais breve possível se procedesse a uma alteração a este Regulamento com as propostas já sugeridas.-----

---- Posto este ponto a votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com a abstenção da bancada do PSD.-----

---- *Ponto Quarto da Ordem do Dia* “**Regulamento de Drenagem de Águas Residuais do Concelho de Mangualde – Alteração**” - Apreciação e Votação da proposta adoptada pela Câmara Municipal.-----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

---- Posto este ponto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

---- *Ponto Quinto da Ordem do Dia* “**Regulamento Tabela de Taxas e Licenças do Município – Alteração**” - Apreciação e Votação da proposta adoptada pela Câmara Municipal.-----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

---- Posto este ponto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

---- *Ponto Sexto da Ordem do Dia* “**Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia de Mangualde – Alteração**” - Apreciação e Votação da proposta adoptada pela Câmara Municipal.-----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

---- Posto este ponto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

---- *Ponto Sétimo da Ordem do Dia* “**Derrama para o Ano de 2011**” - Apreciação e Votação da proposta adoptada pela Câmara Municipal.-----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Posto este ponto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

---- *Ponto Oitavo da Ordem do Dia “Imposto Municipal sobre Imóveis - Taxas a aplicar em 2011”* - Apreciação e Votação da proposta adoptada pela Câmara Municipal.---

---- O senhor *Dr. Carlos Lopes* disse que o senhor Presidente da Câmara Municipal devia ter o mesmo critério para a fixação de residentes e para a fixação de empresas, e isso não acontece ao fixar a taxa em 0,4%. Apelava à sensibilidade do senhor Presidente da Câmara Municipal para este assunto, pois a Vereação do PSD também já propôs uma taxa de 0,375%.-----

---- Com o novo Código das avaliações, CIMI, cada vez há mais avaliações, os valores sobem, as receitas também sobem, daí que se se fixasse a taxa em 0,375% com certeza não haveria impacto significativo nas contas, e continuaria a haver condições para atrair novos residentes em termos relativos face a outros Concelhos.-----

---- Interveio o senhor *Eng.º João Tiago* para dizer que concordava com o senhor *Dr. Carlos Lopes* no sentido em que não deveria haver taxas com valores máximos e que deveria haver sempre uma postura de se estar nos rankings do desenvolvimento, por outro lado também gostaria que se estivesse no ranking do endividamento mais baixo. -----

---- Há a necessidade de se ter uma gestão equitativa com todas as contingências orçamentais. Esta taxa de 0,4% é igual à do ano anterior que só está no máximo por força da Lei. -----

---- Tomou a palavra o senhor *Dr. Luís Coimbra* que lembrou que sempre pugnou pelas taxas mais baixas e que hoje sabe onde é gasto o dinheiro e há investimento público. -----

---- O senhor *Dr. Carlos Lopes* retorquiu que quando se fala de pobreza e exclusão social é algo que não está alheio o nível de cobrança de impostos em Mangualde. A redução da taxa de 0,4% para 0,375% representa um valor de cerca de 70.000,00 € (setenta mil euros).

---- O senhor Vereador *Dr. Sobral Abrantes* interveio em defesa da honra dizendo ao senhor *Eng.º Tiago Henriques* que, em Assembleia Municipal, sempre defendeu que a Câmara Municipal de Mangualde não deveria ter a taxa máxima de IMI. Agora, pela primeira vez, vai ser fixada a taxa máxima de 0,4%, e num período de crise aumentar os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

impostos, porque é disso que se trata, visto o PSD ter proposto uma taxa de 0,375% que ia manter a receita da Câmara Municipal.-----

---- O senhor *Dr. Luís Coimbra* disse que a Câmara Municipal de Mangualde não aumentou impostos, manteve a taxa do ano anterior.-----

---- O senhor *Presidente da Câmara Municipal* dirigindo-se ao senhor *Dr. Carlos Lopes* lembrou que as práticas antigas eram de mais impostos e menos obra, e que os impostos não aumentaram, apenas se mantiveram. Referiu que não se pode falar só nas receitas provindas dos impostos, havendo que lembrar quanto é que se gasta a mais com os resíduos sólidos ou com o abastecimento de água. Destacou que esta Câmara Municipal está a gastar as receitas em investimento e que, por isso, afirma que esta proposta não faz aumentar os impostos.-----

---- Por último o senhor *Dr. Carlos Lopes* esclareceu que quando usa a expressão “turismo ministerial” fala em Ministros que passam em Mangualde e que não deixam nada de concreto.-----

---- O senhor *Presidente da Câmara Municipal* disse que os senhores Ministros e Secretários de Estado que passaram por Mangualde assinaram documentos, e que essa passagem representa notoriedade ao Concelho e confiança.-----

---- O senhor *Dr. Luís Coimbra* mencionou como exemplos que o senhor Secretário de Estado da Justiça assinou uma comparticipação para a construção do novo Quartel da GNR em Mangualde e que existe um Protocolo assinado para a Igualdade de Género.-----

---- Posto este ponto a votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com os votos contra da bancada do PSD.-----

---- **Ponto Nono da Ordem do Dia “Taxa Municipal do Direito de Passagem – Percentual a aplicar em 2011”** - Apreciação e Votação da proposta adoptada pela Câmara Municipal.-----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

---- Posto este ponto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

---- **Ponto Décimo da Ordem do Dia “Participação no IRS em 2011”** - Apreciação e Votação da proposta adoptada pela Câmara Municipal.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia. -----

---- Posto este ponto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

---- *Ponto Décimo-Primeiro da Ordem do Dia* **“Suspensão Parcial do PDM”** -
Apreciação e Votação da proposta adoptada pela Câmara Municipal. -----

---- O senhor *Eng.º Tiago Henriques* referiu que era com agrado que a bancada do PS via esta suspensão parcial do PDM motivada por uma questão de que nos devemos orgulhar: a criação de uma empresa que, por sua vez, vai criar postos de trabalho.-----

---- Posto este ponto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

---- *Ponto Décimo-Segundo da Ordem do* **“Segunda Revisão das Grandes Opções do Plano para o ano de 2010/Plano Plurianual de Investimentos”** - Apreciação e Votação da proposta adoptada pela Câmara Municipal. -----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia. -----

---- Posto este ponto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

---- *Ponto Décimo-Terceiro da Ordem do Dia* **“Segunda Revisão ao Orçamento para o ano de 2010”** - Apreciação e Votação da proposta adoptada pela Câmara Municipal. -----

---- O senhor *Dr. Luís Coimbra* solicitou ao senhor Presidente da Câmara explicação sobre o que tinha determinado esta revisão nesta fase do ano.-----

---- O senhor *Presidente da Câmara Municipal* explicou que esta revisão se prendia com a urgência em requalificar a Avenida da Senhora do Castelo, uma obra que é esperada há muitos anos e que agora é possível realizar porque se criaram condições que dotaram a Câmara com a requerida capacidade financeira.-----

---- Posto este ponto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

---- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

---- Não houve qualquer intervenção.-----

---- Não havendo mais nada a tratar, a senhora *Presidente da Assembleia Municipal* propôs que a presente acta fosse imediatamente aprovada sob a forma de simples minuta, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa. Esta proposta foi aceite e a minuta da acta foi aprovada, por unanimidade, e assinada pelos membros da Mesa. Em seguida, quando eram vinte e três horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de Setembro, a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu por terminados os trabalhos desta sessão, encerrando-a. -----

-----Para constar, lavrou-se a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

A Presidente,

A 1.^a Secretária,

O 2.^o Secretário,
